

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**

**TAIANE NARESSI LOPES**

**PROTAGONISMO FEMININO ENTRE REGRAS E PADRÕES: UMA  
HISTÓRIA DAS MULHERES NEGRAS DO CLUBE SOCIAL 24 DE AGOSTO**

**JAGUARÃO  
2015**

**TAIANE NARESSI LOPES**

**PROTAGONISMO FEMININO ENTRE REGRAS E PADRÕES: UMA  
HISTÓRIA DAS MULHERES NEGRAS DO CLUBE SOCIAL 24 DE AGOSTO**

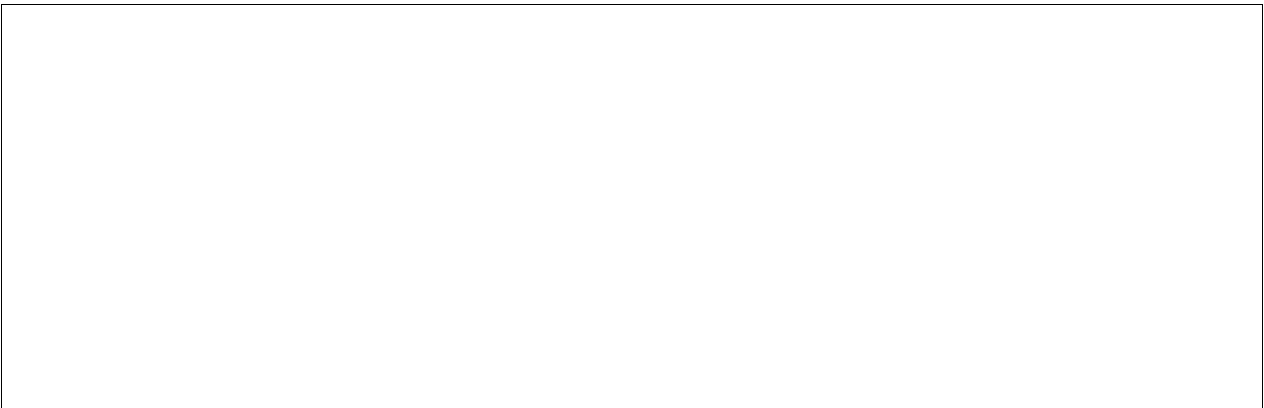
Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso História Licenciatura  
da Universidade Federal do Pampa, como  
requisito parcial para obtenção do Título  
Licenciado em História.

Orientador: Caiuá Cardoso Al- Alam

**JAGUARÃO**

**2015**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos  
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do  
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).



**TAIANE NARESSI LOPES**

**PROTAGONISMO FEMININO ENTRE REGRAS E PADRÕES: UMA  
HISTÓRIA DAS MULHERES NEGRAS DO CLUBE SOCIAL 24 DE AGOSTO**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de História  
Licenciatura da Universidade Federal do  
Pampa, como requisito parcial para obtenção  
do Título de Licenciado em História.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 23 de Janeiro de 2015.

Banca examinadora:

---

Prof. Dr. Caiuá Cardoso Al- Alam

Orientador

UNIPAMPA

---

Prof. Juliana Nunes

Mestranda - UDELAR

---

Prof. Fernanda Oliveira da Silva

Doutoranda - UFRGS

Dedico este trabalho aos meus pais, irmão,  
avós e tios. E a todos aqueles que lutam  
contra as formas de opressão.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a minha família, meus pais Liliana e Homero, avós Marina e José, e aos tios Daiana e Rogiéri, pelo apoio financeiro, pelas conversas longas ao telefone e por acreditarem em minhas escolhas.

Aos amigos Marcel, Allan, Edivaldo, Patrícia e Jenni, pelos momentos de boas risadas, discussões e amadurecimento que estivemos juntos, o carinho que sinto por vocês é difícil de expressar em uma simples folha de papel!

Ao meu amigo e companheiro Tiago, por estar sempre comigo, nas horas boas e ruins, sendo paciente, compreensivo, e cima de tudo, acreditando junto comigo que um mundo melhor é possível. A partir de agora esse mundo é nosso!

Aos professores de minha graduação, e em especial o professor Caiuá, por acompanhar minha trajetória desde 2011 quando ingressei na Universidade, por debater questões importantes, e por apresentar o quão perverso é a academia. Obrigada pelas conversas e puxões de orelha!

A Juliana Nunes, pelas conversas virtuais e pessoais, por estar sempre disposta a dialogar e trocar informações que enriqueceram este trabalho! Obrigada Jú! Não me caibo em agradecimentos!

Ao pessoal do Clube 24 de Agosto pela disposição em ajudar, em especial a D. Sônia, D. Aldaci, D. Tereza e D. Dionéia pelas entrevistas e conversas informais. Ao Sr Pedro Ivo por fazer o intermédio com essas meninas, muito obrigada!

## **RESUMO**

Neste trabalho vamos abordar a questão das mulheres no Clube Social 24 de Agosto. Esta instituição foi marcada pelas relações raciais existentes no séc. XX na cidade de Jaguarão, RS. Através de entrevistas iremos perceber as relações de gênero traçadas dentro do Clube e conseqüentemente o protagonismo dessas mulheres dentro de um contexto de severas normas comportamentais.

Palavras-Chave: Clube Social 24 de Agosto, Mulheres, História Oral.

## **RESUMEN**

En este documento, abordamos el tema de la mujer en el Club Social, el 24 de agosto. Esta institución se ha caracterizado por las relaciones raciales existentes en el siglo. XX en la ciudad de Yaguarón, RS. A través de entrevistas que entendemos las relaciones de género elaborados dentro del club y por lo tanto el papel de estas mujeres en un contexto de normas de conducta graves.

Palabras clave: Club Social 24 de agosto, Mujeres, Historia Oral.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I: O SURGIMENTO DOS CLUBES NEGROS NO BRASIL: O CLUBE 24 DE AGOSTO .....	13
Capítulo II: MULHERES NA HISTÓRIA: PROTAGONISMO INVISÍVEL.....	21
Capítulo III: “ <i>NAQUELA ÉPOCA ERA MUITO RIGOROSO, FICAVA CUIDANDO SÓ DE LONGE, EU E OUTRAS.</i> ” AS MULHERES DO CLUBE SOCIAL 24 DE AGOSTO.....	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	44

## INTRODUÇÃO

Nesta monografia irei tratar sobre a História das Mulheres do Clube Social 24 de Agosto. A escolha deste tema foi um desafio, pois durante minha graduação pouco estive em contato com as discussões de gênero, mas sem perceber, isso de certa forma sempre esteve presente em minha trajetória. Comecei a atentar-me mais sobre o assunto acompanhando discussões entre movimentos feministas, e foi quando percebi que este não era homogêneo, pois haviam mulheres negras, trans, bi e lésbicas, dentre outras, também reivindicando seus espaços.

O assunto gênero, como mencionei antes, conheci tardiamente em minha trajetória, mas a partir de leituras, pude perceber e sentir o peso do gênero em meu dia a dia. Quando criança ou adolescente haviam afazeres que somente eu poderia executar, por ser menina, e devido a este fato, também poderia me portar somente de uma determinada maneira, pois caso contrário estaria fazendo “coisa que menina não faz.”

Em contato com algumas leituras comecei a interessar-me pelo movimento de mulheres negras, a questão negra foi um assunto que desde que ingressei na Universidade estive em contato através do Laboratório de História Social e Política, do qual fiz parte desde 2011. E outras questões foram importantes e influenciaram na escolha do tema, como a representação da mulher negra na sociedade brasileira, desde Gilberto Freyre até os dias atuais, como a minissérie em 2014 “Sexo e as Nega”, que acabam por estereotipar a mulher negra brasileira.

Sabendo que a cidade de Jaguarão possui o Clube Social 24 de Agosto, clube fundado por negros para a socialização dos demais negros da sociedade, comecei a me questionar onde estariam as mulheres deste clube, se estavam atuantes, em que espaços agiam, e daí por diante. Assim surgiu o meu problema de pesquisa, perceber as relações de gênero dentro de um clube quase centenário, no sul do Rio Grande do Sul.

No primeiro capítulo tratarei sobre o surgimento dos clubes negros no Brasil, Rio Grande do Sul e mais atentamente para o Clube 24 de Agosto em Jaguarão. Neste capítulo buscarei contextualizar o surgimento dos primeiros clubes negros no Brasil, que é de extrema importância, pois perpassa também a questão das relações raciais, o

auge do racismo científico para legitimar tais atos que fizeram com que surgissem estas instituições.

No segundo capítulo abordarei a presença das mulheres na historiografia e nos movimentos feministas, tal como seu surgimento e sua heterogeneidade no tocante as mulheres negras. É importante ter um capítulo de contextualização sobre como foi tratar o tema mulher no decorrer da História, visto que isso só passou a ser abordado recentemente.

Neste segundo capítulo farei um breve apanhado sobre os movimentos de mulheres na transição dos séculos XIX para o XX, visto que estes movimentos eram feitos por mulheres em posições sociais privilegiadas e que só tinham um único interesse: o direito ao voto. Enquanto isso, mulheres negras já assumiam o papel de chefe de família, trabalhavam para fora, e não se sentiam representadas pelo movimento sufragista.

Já no terceiro e último, me aventurarei no campo da História Oral e pesquisa de campo, onde percebo o dia a dia do Clube e a atuação das mulheres lá dentro. Estive em contato com mulheres que podemos chamar de “quadro histórico” do clube, que entre boas conversas tive a oportunidade de conhecer uma outra face do Clube 24 de Agosto, esta que foi composta por mulheres, mesmo estando limitadas pelo seu papel de gênero, a seus modos escreveram a história do Clube.

## O SURGIMENTO DOS CLUBES NEGROS NO BRASIL: O CLUBE 24 DE AGOSTO

Neste primeiro capítulo, pretendo abordar algumas questões referentes ao surgimento dos Clubes Negros no Brasil, bem como o motivo que levou a organização de negros e negras a forjarem estes espaços. Viso também, caracterizar o Clube Social 24 de Agosto dentro do contexto da cidade de Jaguarão, situada no sul do Rio Grande do Sul, e levantar algumas questões sobre o papéis e ocupações que as mulheres desempenhavam dentro destas instituições.

Para pensar o Clube 24 de Agosto em um contexto atual, temos primeiramente que voltarmos ao final do séc. XIX e início do séc. XX, onde deparamo-nos diante dos cativos resistindo à escravidão de diversas formas, para além das fugas, *aquilombamentos*, negociações<sup>1</sup>. Para Silva (2011) o associativismo negro era um apoio social, que poderia proporcionar melhorias diante das condições de vida impostas aos negros:

O apoio social entre os cativos era de fundamental importância para alcançar melhorias nas condições impostas pela escravidão, as quais afetavam diretamente na vida dos escravos. A condição social proporcionada pelo cativo e/ou em uma sociedade discriminatória como a vivenciada no Brasil colonial e imperial, quanto à cor dos indivíduos imputava aos escravos a necessidade de associar-se.<sup>2</sup>

As associações negras no Brasil surgiram antes mesmo da abolição da escravatura, - o clube mais antigo ainda em atividade, se encontra em Porto Alegre – RS, a Sociedade Floresta Aurora, fundado em 1872.

Estas organizações buscavam, dentre outras ações, juntar fundos para alforriar os trabalhadores escravos, mas também tinham intenções voltadas para o amparo dos dependentes dos sócios em caso de morte, a chamada “caixa de socorro”<sup>3</sup>, e no que se

---

<sup>1</sup> REIS, João José. SILVA, Eduardo da, *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 1989.

<sup>2</sup> SILVA, Fernanda Oliveira da. *Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento destes espaços: associações e identidades negras em Pelotas ( 1820 – 1943)*. 2011. PUC. (Dissertação de Mestrado)

<sup>3</sup> ESCOBAR, Giane. *Clubes sociais negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial*. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em patrimônio cultural da Universidade de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

refere ao campo da educação, existem casos de criação de escolas para escravos, diz Escobar (2010):

História relevante, anterior à abolição, também se registra em São Paulo no ano de 1881, quando da criação do “Clube dos Escravos do Brasil”, que em 1934, passou a se chamar Clube Recreativo e Beneficente 13 de Maio. [...] ganhou manchete nacional e ficou marcado pelo ato de coragem de um grupo de escravos e personalidades [...] Entre as principais atividades mantidas pelo “Clube dos Escravos”, destacaram-se a criação de uma escola primária para escravos, trabalhos para a extinção da escravatura em todo o Brasil e a facilitação da fuga das fazendas (2010:59).

Nota-se que há uma preocupação da sociedade negra em instrumentalizar-se diante do sistema vigente, e para, além disso, existe a preocupação em criar seus próprios espaços para o lazer, sociabilidade, *empoderamento* e afirmação enquanto grupo e/ou identidade étnica<sup>4</sup>.

No Rio Grande do Sul, além da Sociedade Floresta Aurora existiram clubes em outras localidades, como em Caxias do Sul: o Sport Club Gaúcho. Fabrício Romani Gomes em sua dissertação *Sob a Proteção da Princesa e São Benedito: Identidade Étnica, associativismo, e projetos num clube negro em Caxias do Sul (1934 – 1988)* estuda a população negra na cidade de Caxias do Sul, cidade esta conhecida por ter um grande contingente de imigrantes italianos. O autor traça a trajetória do Sport Club Gaúcho, e também questões sobre a formação de uma identidade negra diante da sociedade de Caxias.

Nesta leitura do trabalho de Fabricio, percebe-se uma grande participação das mulheres dentro destas instituições, sendo que a primeira diretoria do Sport Club Gaúcho foi organizada por mulheres, e anteriormente à fundação do Club Gaúcho, sobre a questão da participação feminina, podemos destacar a fundação de um clube composto somente por mulheres negras: o Clube das Margaridas; no entanto há poucos dados sobre essa instituição.

Em Pelotas, os clubes Depois da Chuva, Chove não Molha, entre outros que na dissertação intitulada *Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento destes espaços: associações e identidades negras em Pelotas (1820 –*

---

<sup>4</sup> Para Barth (1998) a identidade étnica de um grupo é algo construído ao longo do tempo por meio de “processos inconscientes”. Ela se forma através da comunicação com diferentes grupos e da absorção de traços culturais diferenciados, sendo assim dinâmica e em constante construção. Ou seja definimos nossa identidade através do contraste com outros grupos, através da diferenciação.

1943), a autora Fernanda Oliveira da Silva faz o mapeamento da constituição dos espaços de sociabilidade da negritude pelotense, sendo estes os clubes sociais forjados pela comunidade negra.

A articulação desses clubes com a FNP (Frente Negra Pelotense) - que não era uma tendência local, mantinha contato com outras Frentes de âmbito nacional, fazendo com que a comunidade negra pelotense estivesse atenta a tudo que acontecia no país - e através de jornais voltados ao público negro como periódico “*A Alvorada*”, que tinha como propósito divulgar as ideias da FNP. Havia também uma organização feminina dentro da FNP designada “*Legião Feminina FNP*”, grupo de mulheres responsáveis pela educação das crianças negras.

Já em Novo Hamburgo a Associação Cruzeiro do Sul no artigo *Mulheres e o Associativismo Negro em Novo Hamburgo* a autora Magna Lima Magalhães apresenta o protagonismo das mulheres da Associação Cruzeiro do Sul, primeira associação negra fundada no Vale dos Sinos no ano de 1922.

Através de entrevistas com as mulheres do clube, pode-se perceber a organização e a importância feminina dentro da instituição para a organização de eventos e na articulação perante a sociedade branca hamburguesa. Este trabalho vem ao encontro da presente pesquisa, pois a autora trata a questão feminina dentro de um contexto machista e racista, evidenciando o importante papel destas mulheres e buscando um novo olhar sobre a História.

Todas estas instituições foram forjadas enquanto territórios negros, pois esta população era impedida de frequentar os “clubes dos brancos”.

É importante destacarmos que no Brasil houve um projeto de políticas racialistas. Esta política, que ganhou destaque no Brasil nas décadas de 1920 e 1930 foi forjada e embasada em teóricos do séc. XVIII e XIX, onde se acreditava que existiam raças, e que uma sobrepunha à outra. No Brasil, baseadas principalmente nas teses de Lombroso<sup>5</sup>, essas ideias foram bem aceitas, e houve inclusive uma política de eugenia para tentar extinguir a “raça” negra do país - pois esta era tratada como incivilizada,

---

<sup>5</sup> Cesare Lombroso é considerado o pai da criminologia moderna, onde se propôs estudar a pré disposição dos indivíduos ao crime através da antropometria.

primitiva, e conseqüentemente um atraso para o progresso do Brasil<sup>6</sup> - estimulando as imigrações alemãs e italianas a colonizarem e “melhorarem” a população.

Neste contexto ressaltamos a obra do médico baiano Raimundo Nina Rodrigues *Os Africanos no Brasil* (1932). Nessa obra, o autor evidencia que o negro era um problema social para o progresso brasileiro. Sendo médico, Nina Rodrigues atrela o problema do negro à hereditariedade, trazida da África pelos escravos.

Para Rodrigues a inferioridade do negro está ligada a sua incapacidade cultural e sua pré-disposição ao crime, visto que nesse sentido, o autor vai afirmar a inaptabilidade dos afrodescendentes com os códigos penais brasileiros.

Nina Rodrigues compara o Brasil com os Estados Unidos, onde afirma ser os EUA o país ideal, em que o negro não miscigenou. O autor também coloca a ideia de Eugenia no Brasil, caracterizada pela limpeza das ruas e a retirada dos negros para um suposto aperfeiçoamento da raça tida como superior, a branca.

É importante citar a obra de Nina Rodrigues, pois essa teve uma grande aceitação no Brasil na década de trinta trazendo ideias novas no campo científico, o que evidentemente ecoou na sociedade brasileira. Sociedade essa pautada nas relações raciais, e essas relações que atravessaram o século XIX para o XX legitimaram a criação de clubes sociais formadas pela comunidade negra.

No contexto acima descrito podemos inserir a cidade de Jaguarão, a qual foi permeada por fortes relações raciais desde a vinda dos primeiros escravos no começo do século XIX, bem como no período do pós abolição. Para tanto, faz-se necessário recuarmos ao passado escravista jaguareense, ratificando a importância da comunidade negra para o município.

Há diversas pesquisas que evidenciam a presença do negro em solo jaguareense<sup>7</sup>, trazendo relevantes informações para se compreender no século XIX a cidade de Jaguarão, que foi uma região importante no que se refere a mão de obra escrava.

---

<sup>6</sup> Para saber mais sobre o assunto ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993

<sup>7</sup> Para saber mais sobre a temática ver: MOREIRA, CARATTI, ALADRÉN.

A proximidade de Jaguarão com a cidade portuária de Rio Grande e a do núcleo charqueador de Pelotas favoreceu a chegada de escravos que ocupavam tanto as zonas rurais da cidade como também o espaço urbano de Jaguarão. Gabriel Berute (2011) percebeu que a Província de São Pedro fazia parte da rota transatlântica do tráfico de trabalhadores escravizados, porque depois de os africanos desembarcarem nos principais portos do Império, eram remetidos ao porto de Rio Grande, e a partir daí (re) distribuídos para outras regiões, em que Jaguarão estava incluída.

Pode-se perceber a presença maciça destes trabalhadores através das informações levantadas por Paulo Moreira (2009) em sua pesquisa que traça a trajetória de Aurélio Veríssimo de Bitencourt. O autor evidencia dados onde consta que em 1833 havia em Jaguarão 5.457 indivíduos entre “brancos” e “pretos”. Os “brancos” eram 2.856 (52,34%) e os “pretos” 2.601 (47,66%). Esses números revelam uma forte presença cativa na cidade e que se estendeu nos anos posteriores, fazendo da região uma importante zona escravista na Província de São Pedro no decorrer do século XIX.

Mesmo com a cidade de Jaguarão tendo atravessado boa parte do século XIX com uma quantidade significativa de negros e negras, a história destes ainda é secundária na cidade. Poucos trabalhos dão ênfase na história da comunidade negra que circulou e/ou ocupou este espaço fronteiriço. A prioridade ainda é ressaltar o heroísmo da cidade e seus personagens ilustres, muitos dos quais possuíam trabalhadores escravizados.

Diante disto tudo como forma de resistir e mostrar uma Jaguarão negra, surge no final da década de 1910<sup>8</sup> o Clube Social 24 de Agosto. Segundo Juliana Nunes (2010), na fundação do Clube Social 24 de Agosto, participaram onze pessoas, entretanto os nomes mais citados nas entrevistas realizadas são os de Malaquia de Oliveira e Theodoro Rodrigues. Em 1918, na cidade de Jaguarão (RS), o Clube Social 24 de Agosto foi fundado no âmbito do Círculo Operário Jaguareense, por trabalhadores que eram impedidos de frequentar, em função da cor, outras sedes sociais da cidade. O Círculo Operário Jaguareense, instituição fundada em 1911 por membros da comunidade católica da cidade, e por parte da elite local, proporcionava uma suposta integração da

---

<sup>8</sup> Antes da fundação do Clube 24 de Agosto, em 1917 havia o Clube Gaúcho, porém este não permaneceu ativo por muito tempo. Para ver mais: NUNES, Juliana dos Santos. *“Somos o Suco do Carnaval!”* A marchinha Carnavalesca e o Cordão do Clube Social 24 de Agosto. Pelotas: UFPel, 2010 (Monografia de conclusão de curso de Licenciatura em História).

comunidade negra à sociedade branca, além de escamotear a etnicidade dos libertos como desejavam as elites intelectuais da época, através, por exemplo, do ensino de artes e ofícios Theodoro Rodrigues e Malaquia de Oliveira estavam vinculados ao Círculo Operário, o primeiro veio a ser presidente da instituição.

Em 2012 o Clube Social 24 de Agosto foi tombado pelo IPHAE como bem cultural do Estado do Rio Grande do Sul, e atualmente foi conquistado um Ponto de Cultura<sup>9</sup>, que visa contribuir com a cultura negra do clube. O tombamento da instituição foi um processo de reivindicação para a valorização do espaço, que representa para além de uma forma de resistência, a história da negritude jaguarense que sempre esteve na luta contra os preconceitos raciais.

Atualmente, em relação ao funcionamento e o número de funcionários, o Clube possui sete trabalhadores, contando com Dona Beta, responsável pela limpeza na Segunda e Quarta-feira, e na venda de tickets nos domingos de festa. O Clube realiza festas aos Domingos, dia que tem maior número de trabalhadores em atividade, a saber: três seguranças, e duas pessoas na copa. O quadro de funcionários é composto também, por Viviane Lima, secretária e responsável por serviços de banco e afins. Além disso, o clube possui 173 sócios, onde 83 estão em dia, 54 do sexo masculino e 29 do sexo feminino. O relatório de sócios com título apresenta a seguinte disposição: 26 sócios beneméritos, 13 sócios remidos, 24 sócios ausentes e três sócios honorários.<sup>10</sup>

A partir destas informações podemos perceber a representatividade da mulher dentro desta instituição. No que tange aos números de sócios, as mulheres estão em minoria comparada aos homens. O tema central deste trabalho é perceber as relações e as funções delegadas a ambos sexos. Percebemos também que a função de limpeza do clube e a venda de tickets são de responsabilidade inteiramente feminina, mas o que leva as mulheres a exercerem esses papéis?

No que podemos ler no decorrer do capítulo, várias instituições mantinham organizações femininas, que garantiam muitas vezes o funcionamento destes clubes.

---

<sup>9</sup> Ponto de Cultura: O programa promove o estímulo às iniciativas culturais da sociedade civil já existentes, por meio da consecução de convênios celebrados após a realização de chamada pública. A prioridade do programa são os convênios com governos estaduais e municipais, além do Distrito Federal, para fomento e conformação de redes de pontos de cultura em seus territórios. (Retirado do site: <http://www.cultura.gov.br/pontos-de-cultura1>- atualizado em 07.01.2015)

<sup>10</sup> Informações obtidas pela secretaria do clube através dos livros de registro, em abril de 2014.

Mas ao mesmo tempo notamos a invisibilidade das mulheres em espaços decisórios, ou chamados espaços “oficiais” das instituições.

A historiadora Michele Perrot reflete bem o silêncio que foi durante muito tempo destinado às mulheres no decorrer da História. Segundo Perrot:

Porque as mulheres são menos vistas que o espaço público, o único que, por muito tempo, merecia interesse e relato. Elas atuam em família, confinadas em casa, ou no que serve de casa. São invisíveis. Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas.<sup>11</sup>

E por que não pensar na reprodução da invisibilidade, da hierarquia, do silenciamento destas mulheres dentro destes espaços? Pensando também que estão submersos em um contexto em que os direitos femininos eram muito restritos e seus papéis bem delimitados pela sociedade vigente, mas que, obviamente não inviabilizaram a luta por melhorias das suas condições de vida.

Temos exemplos desta distinção entre homens e mulheres nos Clubes pelotenses, onde estas instituições usavam de um código moral para delimitar os comportamentos de seus associados, no qual fica evidente a preocupação em corresponder às exigências da época. E no que toca as mulheres destas instituições, sua conduta teria que ser exemplar, caso contrário, as medidas acionadas eram mais severas que a dos homens.

As mulheres deveriam ter o comportamento totalmente correto de acordo com os ditames da sociedade, enquanto que quando o assunto estava relacionado ao homem a norma era colocar em discussão na reunião de diretoria e resolver de forma de condução no mesmo momento, recaindo no máximo medidas informativas de desvio de conduta, em que se encaminhavam avisos solicitando que o procedimento não mais se repetisse. Enquanto que as mulheres imediatamente passavam por sindicância.<sup>12</sup>

Partindo para a realidade do Clube Social 24 de Agosto, podemos pensar na reprodução destes costumes, visto o contexto de sua criação e que a partir de observações presentes, ainda permanecem no dia a dia da instituição.

---

<sup>11</sup> PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. Tradução de Ângela M. S. Corrêa. São Paulo. Contexto 2013.

<sup>12</sup> SILVA, Fernanda Oliveira da. *Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento destes espaços: associações e identidades negras em Pelotas (1820 – 1943)*. 2011. PUC. (Dissertação de Mestrado)

Por exemplo, no aniversário de 96 anos do Clube Social 24 de Agosto a rainha do Clube junto com a primeira dama, recepcionava os convidados. Dado um momento da festa, após os pronunciamentos, esta mesma rainha dançou com o presidente do Clube e demais membros da diretoria. Na hora das falas de agradecimento e homenagens, as mulheres do clube não falaram, nem as da direção e nem a Rainha. A partir disso, percebi que a Rainha do clube tem um papel meramente secundário e expositivo em ocasiões festivas. Este costume ainda se mantém como uma forma de preservar o que? O silenciamento destas mulheres ? Ou para mantê-las em um papel secundário, sempre ao lado da figura masculina para não existir margem de autonomia?<sup>13</sup>

Em capítulo posterior, abordarei a questão da mulher em sua trajetória na História, bem como a mulher negra nestes espaços, suas contribuições para funcionamento destas instituições e o não reconhecimento, ou invisibilidade destas ações para um espaço cujo ainda mantém costumes patriarcalistas.

---

<sup>13</sup> Registro retirado do diário de campo, 2014.

## CAP II

### MULHERES NA HISTÓRIA: PROTAGONISMO INVISÍVEL

Como vimos no capítulo anterior, nos espaços de sociabilidade, havia um regime de controle sobre a conduta das mulheres. Devemos pensar que esta forma de agir não estava restrita somente aos clubes, estes reflexos provinham de uma sociedade que foi forjada de forma quase que exclusivamente masculina.

Para tanto, devemos pensar na representação da mulher no decorrer da História, e como foi construída ao longo do tempo, esta dicotomia entre homem x mulher, onde o primeiro está apto a exercer papéis que demandem razão, equilíbrio e força, enquanto para as mulheres que provinham de *natureza delicada*, seu papel estava limitado à doçura, maternidade e obediência.

Em seu livro intitulado *Os excluídos da História*, Michelle Perrot em seu terceiro capítulo fala sobre *As mulheres, o poder, a história*, onde ela começa por relativizar a palavra *poder* como sendo masculina em seu sentido singular, e quando abordada de maneira plural, remete-nos a influência, ou seja, ao feminino. A autora aborda a questão da representação do poder das mulheres na antiguidade através do exemplo de Genesis, onde sua representação é de origem maléfica, ou seja, da infelicidade, escuridão, enquanto a figura masculina é tratada como diurno, detentor da ordem e da razão lúcida.

Estes são alguns dos argumentos apresentados pela autora, e no que tange aos espaços públicos existem variados autores, pensadores e filósofos que legitimam o espaço político-público associado à figura do homem, como o exemplo de Hegel que fala sobre a vocação de ambos sexos:

O homem tem sua vida real e substancial no Estado, na ciência ou em qualquer outra atividade do mesmo tipo. Digamos de modo geral no combate e no trabalho que o propõe ao mundo exterior e a si mesmo. A mulher pelo contrário, é feita pela piedade e o interior : Se se colocam mulheres à frente do governo, o Estado se encontra em

perigo. Pois elas não agem conforme as exigências da coletividade, mas segundo os caprichos de sua inclinação e seus pensamentos.<sup>14</sup>

No decorrer desta obra existem inúmeros exemplos de definição de papéis entre homens e mulheres na Europa do século XVIII e XIX, mas devemos nos ater ao protagonismo das mulheres na História, e como ela é tratada na historiografia, visto que são recentes as abordagens que evidenciam a figura feminina<sup>15</sup>. Ainda sobre presença feminina na História, Perrot assinala que “sem dúvida, jamais os papéis sexuais foram definidos com maior rigor normativo e explicativo. O poder político é apanágio dos homens – e dos homens viris. Ademais, a ordem patriarcal deve reinar em tudo: na família e no Estado. É a lei do equilíbrio histórico.” (1982:175)

Mesmo estando presentes em alguns relatos históricos, a visão feminina foi sempre contada e evidenciada através de um olhar masculino, no qual segundo Perrot, o desenvolvimento da história das mulheres, contadas por elas mesmas, trata-se do efeito de uma tomada de consciência sobre a dimensão sexuada da História. E no que se refere à inclusão do objeto de estudo da mulher no campo das ciências sociais, existem três fatores que fizeram emergir este tema, são eles: fatores científicos, sociológicos e políticos.

Segundo Perrot, por volta dos anos 1970, dá-se uma renovação das questões ligadas a crise dos sistemas de pensamento (marxismo, estruturalismo), criando novas alianças disciplinares: a História alia-se a Antropologia e redescobre a família. No campo sociológico, a presença das mulheres nas universidades representam quase um terço das matrículas dos anos 70, isso fez com que uma nova demanda fosse criada. E no campo político:

[...] o movimento de libertação das mulheres, não visava a universidade e suas motivações não incluíam a história: contava com o apoio de intelectuais, leitoras de Simone de Beauvoiu [...] Houve nos anos 1970 – 1980 uma vontade de “corte epistemológico” que afetou principalmente as ciências sociais e humanas, mas que chegou a tocar

---

<sup>14</sup> PERROT, Michelle. Os Excluídos da História. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.178.

<sup>15</sup> Com a Escola dos Annales houve uma preocupação maior em voltar as pesquisas para o campo social, mesmo não sendo o tema central, as mulheres podiam ser percebidas nos espaços privados, a vida cotidiana, o casamento, a família, a sexualidade. Para saber mais ver: SILVA, Tânia Maria Gomes da. Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil. Disponível em: [Thttp://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article/viewFile/276/311](http://periodicos.uesb.br/index.php/politeia/article/viewFile/276/311). Último acesso em 27.11.14

o domínio da matemática. Assim nasceu o desejo de um outro relato, de uma outra história. (1982:20)

No Brasil, a mulher no campo da História vem sendo estudada desde a década de 1970, mas se tornou campo de pesquisa em definitivo a partir de 1980. Para Mary Del Priore, antes das historiadoras, foram as feministas que fizeram a história das mulheres. O feminismo deixou evidente a ausência da figura feminina no campo da historiografia, criando base para uma história das mulheres feita por historiadoras.

As primeiras produções históricas sobre mulheres tiveram um importante papel, porém ressaltaram muito a questão da dominação masculina exercendo opressão nas mulheres, não levando em conta as variadas formas de protagonismo destas:

A mulher na história do Brasil tem surgido recorrentemente sob a luz de esteriótipos, dando infadada ilusão de imobilidade. Auto sacrificada, submissa sexual e materialmente e reclusa com rigor à imagem da mulher da elite se opõem-se a promiscuidade e a lascívia da mulher da classe subalterna, pivô da miscigenação e das relações inter-étnicas que justificaram por tanto tempo a falsa cordialidade entre colonizadores e colonizados.<sup>16</sup>

Historiadoras como Maria Ligia Prado e Stella Scatena Franco evidenciam através de um artigo intitulado *Participação Feminina no debate Público brasileiro*, lembrando também que a política não se limita ao Estado, para além disto, ela envolve o cotidiano e as relações entre os indivíduos, ou seja, entre homens e mulheres.

Na segunda metade do século XIX com a demanda de se escrever a história do Brasil, para dar uma identidade para a nação e despertar o sentimento de patriotismo, começaram a ser produzidos os dicionários biográficos, que tratavam de evidenciar histórias de vida de figuras ilustres do cenário brasileiro.

Dentre estas algumas mulheres compunham o quadro, sendo intituladas “Mulheres Célebres” ou “Brasileiras Ilustres”, que segundo Prado e Franco esta inserção foi a porta de entrada das mulheres para as atividades políticas no Brasil.

Alguns exemplos como a de Bárbara de Alencar que na Revolução Pernambucana de 1817 engajou-se a defender as ideias republicanas, e que foi

---

<sup>16</sup> DEL PRIORE, Mary. História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2000, p. 11.

considerada a primeira mulher presa política no Brasil, devido ao envolvimento com o movimento que proclamou a República no Crato.<sup>17</sup>

Outra figura como a de Maria Quitéria de Medeiros travestida de soldado que lutou pela independência do Brasil para com Portugal nas batalhas que ocorreram na Bahia. Ela foi um exemplo do que a História naquela época denominava “amor à pátria”, chegou a participar em algumas batalhas, mas logo depois foi descoberta, mesmo assim não deixou de ser reconhecida pelo ato de coragem. Foi recebida no Rio de Janeiro e ganhou a Condecoração de Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro<sup>18</sup>.

No caso de Antonia Alves Feitosa, mais conhecida como Jovita, também se travestiu de homem e alistou-se como “Voluntário da Pátria”, mas logo foi descoberta, o que não impediu que fosse aceita como recruta e viajasse com os demais para o Rio de Janeiro. Onde foi recebida pelo imperador D. Pedro II, mas impedida de seguir com seu batalhão para a Guerra do Paraguai, pois seu alistamento foi considerado ilegal<sup>19</sup>.

Estas são algumas figuras que se destacaram e que a escrita da História se apropriou para forjar uma ideia de sentimento e unidade nacional, na recém-proclamada República do Brasil. Ao mesmo tempo em que estas mulheres serviam para a construção de uma identidade nacional, as mesmas não poderiam exercer seus direitos políticos como o voto, por exemplo.

A Proclamação da República foi o “estopim” para o engajamento do movimento das mulheres exigirem seus direitos políticos. Conhecido como movimento sufragista, este movimento era composto por mulheres da elite, letradas, com ensino superior, onde buscavam espaço para suas demandas na política brasileira. Em primeiro momento, chegou até a ser discutido a questão do voto feminino na Assembleia Constituinte, porém não foi aceito.

Com isso foram publicados jornais que tratavam desta questão, a imprensa feminina tinha como objetivo questionar tais decisões, assim como informar sobre as mulheres que concluíam o ensino superior, relatos de mulheres de outras partes do

---

<sup>17</sup> Bárbara Alencar nasceu em Pernambuco em 1760, ao casar-se mudou-se para a vila do Crato, no Ceará. Aos 57 anos de idade, engajou-se com o irmão e três filhos na Revolução de 1817. Informações retiradas do artigo: PRADO, Maria Lígia Coelho. FRANCO, Stella Scatena. Participação Feminina no Debate Público Brasileiro In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012.

<sup>18</sup>Op. Cit, p. 238.

<sup>19</sup>Op. Cit, p. 242.

mundo, legitimizar e defender o direito ao voto. Estas ideias se encontram difundidas no periódico fundado em 1888 - que durou até 1897- por Josefina Álvares de Azevedo intitulado *A Família*:

Nossas aptidões não podem ser delimitadas pelos preconceitos de sexo, principalmente nos casos que tenhamos de afirmar a nossa soberania pelo direito de voto. O direito de votar não pode, não deve, não é justo que tenha outra restrição além da emancipação intelectual.<sup>20</sup>

Podemos ver as diversas formas de articulação destas mulheres para se posicionar diante de um sistema excludente. Mesmo sendo um movimento protagonizado pela elite feminina da época, ainda no início do século XX o voto feminino não fora instituído, fazendo com que em 1910 com a iniciativa de Leolinda Daltro – após ser negado seu direito ao voto- fundou o Partido Republicano Feminino com o intuito de abrir o debate sobre o voto das mulheres (SOIHET, 2013). Este movimento impressionou a sociedade na época, porém não obteve grandes avanços em suas demandas.

Outra mulher que se destacou nesta época foi Bertha Lutz, que em 1918 veio para o Brasil depois de ter passado algum tempo na Europa, trazendo novas ideias sobre a emancipação feminina. Foi a segunda mulher a ingressar no serviço público no país, passando em primeiro lugar para trabalhar no Museu Nacional. Bertha tornou-se referência na época (SOIHET, 2013), fundando a Legião da Mulher Brasileira, uma associação que visava melhorar as condições de trabalho das mulheres pobres, empregadas domésticas, que tinham uma jornada de trabalho de 13 à 14h. Este movimento conseguiu reduzir para 8h.

Mas esta foi uma das únicas pautas que contemplaram as mulheres trabalhadoras dentro deste movimento, pois enquanto Bertha Lutz e suas companheiras de movimento estavam preocupadas unicamente com o seu direito a exercer o voto, dentro do grupo das mulheres menos favorecidas haviam outras demandas prioritárias.

Junto com Maria Lacerda<sup>21</sup>, Bertha fundou a Liga para Emancipação Intelectual da Mulher, um grupo de estudos destinados a debater questões referentes às mulheres da

---

<sup>20</sup> Op. Cit, p. 255.

<sup>21</sup> Maria Lacerda foi escritora, militante, jornalista, conferencista, educadora e pensadora. Mineira, nascida em 1887, se casou aos 17 anos, mas apenas com 27 anos começou a recusar a identidade doméstica e estudar diversos assuntos, até se encontrar numa posição de feminista radical. Ela é considerada uma das pioneiras do feminismo no Brasil, mas diferente das outras feministas da época, ela

época, um espaço de empoderamento intelectual feminino. Mas logo foi disperso por atritos de cunho ideológico, onde Lacerda defendia debates com questões mais “tabus” da sociedade como a liberdade sexual e a prostituição, enquanto Lutz defendia que estas questões iriam fazer a sociedade enxergar o movimento com “maus olhos”. (SOIHET, 2013)

Em 1922, com diversas manifestações sociais, foi criado o estatuto da Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), onde Lutz também se encontrava como colaboradora. Este movimento esteve articulado com outros países como os EUA, e teve dois congressos internacionais no Brasil. O primeiro em sua fundação ainda no ano de 1922 e outro encontro foi realizado em 1931, pressionando o governo de Getúlio Vargas a vigorar uma nova lei onde o voto feminino fosse implementado. (SOIHET, 2013)

Vargas como estratégia política para se manter no poder e ganhar novos adeptos, formou uma comissão para elaborar esta nova lei, acatando as demandas deste movimento feminista. Finalmente em 1932 um novo código eleitoral sob o decreto 21.076, de 24 de fevereiro de 1932 estabeleceu-se o voto secreto e feminino no Brasil.

Podemos perceber que estes movimentos que se originam na segunda metade do século XIX, eram compostos por mulheres que tiveram oportunidade de estudar, cursaram curso superior fora do país, usufruíam de uma posição social privilegiada, e que estavam atentas ao que vinha acontecendo em outras partes do mundo. Podemos ver também, de maneira bem breve, que o movimento denominado sufragista sempre teve uma pauta bem específica: o direito ao voto. E que as demais mulheres que compunham a sociedade, como as pobres e negras, sempre estiveram em segundo plano, pois não era interesse deste movimento contemplar suas demandas.

Mesmo assim, estas mulheres não deixaram de se destacar, como é o caso de Jovita, Maria Quitéria e outras mais que existiram, mas não são evidenciadas na História, pelo fato de que a História é sim um instrumento político, e na conjuntura da época, não era necessário evidenciar a participação política destas mulheres que também estavam atentas ao cenário do país.

---

visualizava e criticava a condição das mulheres observando a questão da exploração do trabalho, ou seja, seu feminismo observada a realidade das mulheres operárias. Ela foi uma das ativistas mais envolvidas com o movimento anarquista brasileiro. Informação retirada do blog: [http://mulheres-incriveis.blogspot.com/2012/03/maria-lacerda-de-moura\\_15.html](http://mulheres-incriveis.blogspot.com/2012/03/maria-lacerda-de-moura_15.html) acessado em 29.11.14.

Tratando sobre a invisibilidade das mulheres negras nestes movimentos, podemos perceber que esta invisibilização não ocorre somente quando tratamos sobre este tema. Durante a História a mulher negra, quando não esquecida, era retratada de uma maneira sutil, e por vezes seu corpo representado como instrumento de iniciação sexual. Várias obras contribuindo para este pensamento, como Gilberto Freyre em seu tradicional *Casa Grande & Senzala*.

Freyre em sua obra já considerada clássica nos estudos do negro no Brasil afirma que a escravidão nos trópicos era benigna, no qual senhores e escravos conviviam de forma benevolente, em um sistema patriarcal.

Nessa obra, o autor se atenta para as relações domésticas entre senhores e escravos, e dentro deste bojo encontram-se as mulheres negras, que Freyre trata como um elemento fundamental da vida privada:

Da escrava ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolengando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado. Da mulata que nos tirou o primeiro bicho-de-pé de uma coceira tão boba. Da que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama-devento, a primeira sensação completa de homem. (Ver Gilberto Freyre, 2001: 283)

Para Freyre as mulheres negras muitas vezes substituíam suas senhoras no que se refere à criação dos filhos, pois estas tinham dificuldades para se adaptar ao clima tropical do Brasil. As mulheres negras por sua vez ocupavam todos os espaços desde a cozinha, limpeza da casa, criação dos filhos, até servir de amante forçada para o seu senhor.

Esta obra contribuiu muito para o imaginário sobre a mulher negra, que até hoje é hiperssexualizada, seu corpo está atrelado ao sexo, como podemos presenciar na grande mídia com o seriado “Sexo e as Nega”, ou até mesmo na representação do carnaval sempre atribuído a sexualidade negra.

Voltando para a questão da representatividade feminina negra, na cidade de Jaguarão também há relatos sobre o cotidiano no século XIX, onde Sérgio da Costa Franco em seu livro *Olhares de Jaguarão* traz diversos relatos de viajantes que permaneceram algum tempo na cidade e descreviam sua rotina. Com relação a mulheres que viviam na época:

Lancemos olhos, ora, para a população, melhor dito, para as pessoas que neste momento entram no açougue. São empregados na cozinha, a maioria mulheres e quase todas negras. [...] Em primeiro lugar, na cabeça – as mulheres não têm hábito de uso do chapéu – há um tipo de arranjo feito com a própria carapinha, deixando-se crescer os fios densos. (2010:97)

Neste trecho o autor aborda um relato do cônego Thomas Aquinas Schoenaers, que fala sobre “moda das senhorinhas negras” que trabalhavam nos açougues. Ele tenta caracterizar essas mulheres que trabalhavam e circulavam pela cidade de Jaguarão, como podemos ver em outro relato quando fala das “impiedosas lavadeiras, Maria Preta”:

[...] Mergulham-nos na água e os batem a seguir, com força diabólica, contra as pedras, até que a sujeira se solte. Forte tecido, que resiste a tais flagelos, quatro, cinco vezes ou mais.

A nossa lavadeira é uma das tantas flageladoras, de mais ou menos sessenta anos de idade, retinta como carvão, ou melhor, Maria Preta. [...] Pelas ruas encontramos, com um bastão nas mãos e, preso aos dentes, um cachimbo, fumegando tal qual uma fábrica de gases. (2010:76)

Apenas nestes dois relatos podemos perceber e imaginar como era o cotidiano desta cidade, e como haviam entre seus transeuntes mulheres negras oferecendo sua mão de obra, comprando, vendendo, negociando. Percebemos também os estigmas sobre essas mulheres como os adjetivos “cabelo carapinha”, “retinta como carvão” que se perpetuam até os dias atuais, nos exemplos já citados acima.

Aqui estou citando alguns exemplos do imaginário sobre a mulher negra antes da abolição e proclamação da República. Depois destes acontecimentos sabemos que houveram diversos movimentos para a liberação feminina, e que estas mulheres não estavam contempladas nestes movimentos. Onde então estavam estas mulheres?

Na virada dos séculos (XIX – XX), houve um projeto para o progresso do Brasil, que estava incluído a criação de uma identidade – como vimos anteriormente- e também uma mudança nos aspectos das cidades, ou seja, era preciso uma higienização para o Brasil receber a modernização. Essas mudanças atingiam exclusivamente as camadas populares, onde se incluíam brancos pobres, mas principalmente a população negra, que sempre esteve associada a falta de cultura, e ao atraso (SOIBET,2013).

Com o contingente da população negra carregando o estigma da cor, e no campo acadêmico, sendo forçados estudos para comprovar a inferioridade da “raça” negra, esta

população estava a mercê de uma sociedade excludente, onde restava apenas o subemprego.

Para Bebel Nepomuceno, às mulheres negras não coube experimentar o mesmo tipo de submissão vividas pelas mulheres brancas de elite até início do século XX. Elas tiveram de assumir postos de trabalhos para sustentar a família, pois para o homem negro ainda havia mais obstáculos, fazendo assim dobrar sua jornada de trabalho.

O Censo de 1890 (dois anos após a abolição) revela que 48% da população negra economicamente ativa trabalhava nos serviços domésticos, 17% na indústria, 9% em atividades agrícolas, extrativas e na criação de gado, enquanto 16% exerciam outras profissões não declaradas. (Cf. Roberto Moura, Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro, 2. Ed., Rio de Janeiro, Sec. Municipal de Cultura; Dep. Geral de Doc. E Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995, p.73)<sup>22</sup>

Sendo assim as mulheres tiveram que ficar a frente de suas famílias, assumindo empregos relacionados à cozinha, e a comercialização de quitutes em feiras, lavando roupas para outras famílias a fim de manter o sustento da casa.

Entre as mulheres negras, acostumadas aos percalços da vida, não havia muito espaço para a imagem da esposa passiva, submissa ao marido e dedicada exclusivamente ao lar. A preocupação maior era que a mulher tivesse meios de obter uma fonte de renda e não ficasse dependente economicamente do companheiro. (2013: 387)

Quando as indústrias surgiram, o racismo era maquiado através da procura por empregados de “boa aparência” fazendo com que fossem mínimos o contingente de trabalhadores negros trabalhando em fábricas. Estes são alguns dos impactos trazidos pelas imigrações europeias no Brasil (NEPOMUCENO, 2013).

No que se refere à educação, como podemos ver, a população negra sempre esteve atenta para outras prioridades, como a sobrevivência. Isto se reflete principalmente quando vamos falar sobre a educação. Havia sim uma preocupação da população negra em se instrumentalizar, mas não dependia apenas da vontade destas pessoas, pois ao entrar na sala de aula, o racismo era acionado como forma de segregação.

---

<sup>22</sup> NAPOMUCENO. Bebel, Protagonismo Ignorado In PRADO, Maria Ligia Coelho. FRANCO, Stella Scatena. Participação Feminina no Debate Público Brasileiro In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012.

Com isso foram criados, através de associações e movimentos negros<sup>23</sup>, espaços para alfabetização desta juventude negra, pois estes acreditavam que por meio da educação ocorreria a ascensão social, e que como o Estado não dava conta de garantir uma educação igualitária e de qualidade, eles acabaram por intervir nesta questão.

Na década de 1933 foi criada a Frente Negra Brasileira – originada em São Paulo, mas teve representações em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul (NAPOMUCENO, 2013), onde buscavam uma educação para a valorização da “raça” dentro desta busca pela “emancipação intelectual”. Alguns destes grupos incluíam mulheres, mas sua maioria ainda era um espaço majoritariamente masculino.

Alguns índices evidenciam esta desigualdade entre homens e mulheres negras, com relação aos mesmos homens e mulheres brancas:

A análise dos Censos de 1940 e 1950, que incluíram o quesito *cor da pele*, mostra que a exclusão do sistema educacional recaía mais fortemente sobre as mulheres negras, com um índice de alfabetização de 15,29%, o menor dentre aquele período. Os dados de Censo de 1980, no qual o quesito *cor* voltou a ser considerado, continuaram a mostrar números muito desfavoráveis para essa parcela da população: 80% das mulheres negras estavam enquadradas na faixa das pessoas com até quatro anos de estudos, ante 67% das mulheres brancas nessa mesma condição. Em termos de analfabetismo, as negras eram o dobro em relação às brancas, apresentando 50% mais probabilidade de abandonar a escola sem sequer ter aprendido a ler. (NAPOMUCENO 2013: 392- 394)

Muito além das dificuldades de acesso à educação, as mulheres negras também dentro dos movimentos que se forjaram na década de 1970, como Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR) sofriam com a discriminação do gênero. Não havia representação feminina nestes movimentos, eles estavam mais voltados para a luta antirracista em todo o Brasil constituindo-se como um movimento de caráter popular e democrático com protesto e reivindicações, denunciando as discriminações que o negro sofre dentro da sociedade, combatendo o discurso da “democracia racial”. (MOURA, RODRIGUES, GODINHO, 2013).

Foi nesta conjuntura que o movimento feminista negro surgiu, pois estas mulheres não sentiam-se representadas pelos movimentos hegemônicos:

O problema da mulher negra se encontrava na falta de representação pelos movimentos sociais hegemônicos. Enquanto as mulheres

---

<sup>23</sup> Temos exemplos como a Frente Negra Brasileira, e os clubes sociais negros já citados no decorrer deste trabalho.

brancas buscavam equiparar direitos civis com os homens brancos, mulheres negras carregavam nas costas o peso da escravatura, ainda relegadas à posição de subordinadas; porém, essa subordinação não se limitava à figura masculina, pois a mulher negra também estava em posição servil perante à mulher branca. A partir dessa percepção, a conscientização a respeito das diferenças femininas foi ganhando cada vez mais corpo. Grandes nomes da militância feminina negra foram fazendo história, a exemplo de Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro. A atenção e a produção de conteúdo foram dedicadas a discussões de raça e classe, buscando romper uma zona de conforto que o ativismo feminista branco cultivava, especialmente aquele que limitava sua ótica aos problemas das mulheres de boa condição financeira e acesso à educação.<sup>24</sup>

A partir de então que as reivindicações femininas ganham força, espaço e voz. Em 1983 no estado do RJ, Edialeida do Nascimento foi nomeada para a Secretaria de Promoção Racial, em SP, foi criada a Comissão da Mulher Negra no Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF) presidido por Maria Aparecida de Laia, em 1995. Estes são alguns exemplos de representatividade de mulheres negras em espaços políticos. (NEPOMUCENO,2013).

Diversas mulheres ocuparam espaços em âmbitos nacionais e internacionais, fazendo com que as demandas da população negra, e principalmente o que se refere às mulheres, tivessem mais visibilidade.

De forma breve, nesta parte da monografia buscamos traçar de uma forma mais geral uma “história das mulheres” e da organização destas no espaço brasileiro, percebendo como a historiografia vem debatendo e evidenciando o papel destas mulheres na História.

Em seguida, descrevi brevemente a organização e o movimento negro feminino e suas representações no país.

Assim, podemos perceber o quão difícil foi para as mulheres negras ocuparem espaços públicos e políticos. A meu ver não foi diferente dentro dos espaços de sociabilidade negra, que assim como nos demais movimentos analisados anteriormente, pesava a questão de gênero, como veremos no terceiro capítulo deste trabalho, no qual

---

<sup>24</sup> ARRAES. Jarid. *Feminismo Negro: Sobre minorias dentro da minoria*. Revista Forum, 2014.

vou tentar mapear as relações de gênero dentro da instituição do Clube 24 de Agosto, em Jaguarão.

### CAP III

## “NAQUELA ÉPOCA ERA MUITO RIGOROSO, FICAVA CUIDANDO SÓ DE LONGE, EU E OUTRAS.” AS MULHERES DO CLUBE SOCIAL 24 DE AGOSTO

Neste terceiro capítulo vamos para o campo do vivido, ou seja, a partir de entrevistas iremos perceber trajetórias, experiências e relações entre as mulheres e os demais frequentadores que fazem parte do Clube Social 24 de Agosto. No decorrer deste caminho houveram alguns empecilhos, como é de praxe quando tratamos de História Oral, como a disponibilidade dos entrevistados, e o próprio espaço de tempo para a realização das entrevistas. Contudo, essas informações que recolhemos são de extrema importância, e com elas iremos lançar novos questionamentos a respeito da relação do Clube com seus frequentadores, voltando o olhar principalmente para as mulheres que circulavam naquele espaço.

Como vimos nos capítulos anteriores, busquei traçar de forma breve o contexto de surgimento dos clubes negros no Brasil, incluindo o estado do RS e Jaguarão, e com isso atentando para a presença feminina neste contexto. Apresentando de forma sucinta como a História se posicionou durante muito tempo, apenas reproduzindo os espaços ditos como “oficiais” e com isso apresentando sua face masculina.

Isso não inviabilizou que as mulheres se movimentassem e fossem pioneiras nos movimentos que surgiram entre a transição dos séculos XIX para o XX<sup>25</sup>, e se tratando de mulheres negras seu protagonismo vem anterior a estas datas, estando elas atuando para além de suas famílias: para a rua.

Até aqui percebemos o quanto estes espaços de sociabilidade, como os clubes acabavam por invisibilizar as mulheres que ali frequentavam, deixando-as fora dos espaços decisórios, ou seja, das decisões políticas e oficiais. Isso não quer dizer que elas por serem impedidas de atuarem nestes espaços, não deixavam de contribuir e traçar suas próprias articulações.

---

<sup>25</sup>Para mais informações ver o artigo intitulado: NAPOMUCENO, Bebel. PRADO, Maria Ligia Coelho. *Protagonismo Ignorado* In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012

Partindo desta perspectiva, vamos utilizar da História Oral e da pesquisa de campo para complementar este capítulo, que ajudam a direcionar algumas questões relacionadas ao problema de pesquisa: as mulheres do Clube 24 de Agosto. Para Verena Alberti a História Oral “é hoje um caminho interessante para se conhecer e registrar múltiplas possibilidades que se manifestam e dão sentido a formas de vida e escolhas de diferentes grupos sociais, em todas as camadas da sociedade”<sup>26</sup>.

É a partir daí que podemos identificar um sentimento de pertencimento e identidade de um determinado espaço social, como neste caso é o Clube Social 24 de Agosto.

Tentando perceber como as mulheres do Clube Social 24 de Agosto se articulavam e buscavam espaços de autonomia dentro da instituição, foram realizadas três entrevistas, onde as entrevistadas foram mulheres que participaram da construção e consolidação do clube, e que ainda algumas estão ativas na instituição atualmente. As entrevistadas foram D. Santa Tereza Machado de Los Angeles, D. Aldaci Machado e D. Dionéia Maria Furtado Gomes.

Com relação às entrevistas que foram realizadas, iremos percorrê-las de forma aleatória no corpo do texto, não sendo na ordem de nomes que foi escrita acima. Isso pelo fato de que os relatos se cruzam e se complementam, e achamos pertinente explorá-las aleatoriamente.

Analisando as entrevistas pudemos perceber uma característica em comum nas mulheres entrevistadas: o convívio desde a infância com o espaço do Clube Social 24 de Agosto.

D. Thereza, mulher negra, nascida em Jaguarão em 7 de abril de 1932, filha de Leonido Machado e Alvina Mancilha Machado, lembra que desde muito nova já frequentava o Clube:

Ah! Muito antes, desde pequenininha, porque meu pai foi um dos fundadores, então, naquela época dele, eles não tinham clube, então eles fizeram um clube pra eles, eles eram militar, e os militar não tinha vez, os militar nem na calçada passava, era no meio da rua. Então se juntaram um grupo de milico e fizeram o 24, foi aonde nasceu o 24.

Desde pequena eu ia pros bailes, meu pai trazia nós, desde pequenininha ia no 24, daquela época acho que nem documento tem no clube. Mas ele foi um dos

---

<sup>26</sup>ALBERTI, Verena. História dentro da história. In: PINSKY, Carla (org.) Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005, p. 155.

fundador, e depois quando eu me casei meu marido foi presidente também, e eu sempre em função do 24.

(Trecho da entrevista realizada em 08.12.14 ).

Como podemos perceber no trecho da entrevista acima, há em D. Thereza uma relação com o Clube que vem desde a infância. Ainda pequena, ela frequentava o recém fundado Clube 24 de Agosto, e essa relação com o clube seguiu, onde inclusive seu ex-marido foi presidente da instituição.

Outro detalhe importante tocado na entrevista foi o relato de D. Thereza com relação ao seu pai. Segundo a entrevistada, seu pai era militar no contexto em que foi fundado o Clube, e os militares sofriam preconceitos na cidade de Jaguarão, em que nem nas calçadas podiam andar, tendo que circular pelo meio das ruas<sup>27</sup>. Esse trecho é importante para percebermos que a cidade de Jaguarão atravessou o século XX marcada por relações raciais, no qual negros e negras não podiam frequentar espaços<sup>28</sup>, que eram destinados exclusivamente para elite branca da cidade.

As entrevistas foram muito ricas em detalhes, contribuíram muito para enxergarmos um Clube movido muitas das vezes por mãos femininas. Foi importante para perceber também o quanto foi desafiador ser mulher negra na sociedade jaguareense, e principalmente quando nos referimos a espaços de sociabilidade, como o Clube 24, pois estes estavam marcados por condutas e “normas” reflexos da sociedade daquele contexto.

Para exemplificar esta preocupação com o comportamento de seus frequentadores, o estatuto do ano de 1964<sup>29</sup> nos apresenta alguns códigos comportamentais, afim de que seus sócios zelassem pela imagem do Clube. Porém como podemos observar no que toca às mulheres, há uma exigência maior a ser correspondida. Como podemos ver no exemplo que segue:

---

<sup>27</sup>Na composição do exercito brasileiro, a maioria das pessoas que o compunham eram homens negros e/ou pobres que utilizavam do ingresso no exercito para melhorarem suas condições de vida, fazendo com que soldados do exercito fossem mal vistos pela sociedade da época. Para saber mais ver: Ricardo Salles ou Hendrik Kraay.

<sup>28</sup>Conforme relatos de moradores locais, até a constituição do ano de 1988, negros e negras eram proibidos de frequentarem espaços de sociabilidade na cidade de Jaguarão. Clubes como o Harmonia e Jaguareense proibiam a entrada de pessoas negras.

<sup>29</sup>Não existe estatuto de data anterior a este ano, portanto este é o estatuto mais antigo presente na instituição.

Capítulo IV:

Dos sócios sua admissão dos seus direitos e dos seus deveres-

Art. 27 – As senhoritas cujos pais não residam nesta cidade, para serem admitidas como sócias terão que apresentar uma família idônea como sua responsável.

Art. 28- Ao candidato a sócio que não for aceito como tal a Diretoria não é obrigada a dar satisfação do motivo da recusa.<sup>30</sup>

Como escrito no estatuto acima, se uma mulher quisesse associar-se na instituição e não fosse natural da cidade, a mesma deveria apresentar uma família que se responsabilizasse. Se expressa assim uma conduta machista do contexto, em que mulheres de “família”, com mais facilidade, poderiam associar-se ao Clube.

Em entrevista com a D. Aldaci, 74 anos, nascida na cidade de Jaguarão, em uma “família de lavadeiras para fora” (como ela mesma se refere), esta diz que começou a frequentar o clube desde os 12 anos de idade, trabalhou de empregada doméstica, e foi criada por outra família.

Quando, durante a entrevista, é questionada a respeito da relação do Clube com as mulheres que são separadas, viúvas, ou frequentavam o clube sem o acompanhamento do marido, ela diz:

Ia (mulheres) mas ela não dançava, geralmente tinha o marido né, e se não tivesse marido, igual ela ia levar, às vez eram viúvas, ou as vez eram separadas, só não podia dançar ela via e ficava sentada ali esperando, não dançava. Era regra do clube, dependendo do comportamento se a moça ou a senhora, a mãe, ela não se portava bem, assim, que tivesse namorado fora essas coisa assim, aí ela não podia entra.

( Trecho da entrevista realizada em: 13.11.14)

Analisando um recorte do estatuto do Clube de 1964, esse expressa que:

Art 46- Não é permitido que senhoras casadas tomem parte das danças sem que venham acompanhadas de seus esposos ou filhos.

a) Aos associados casados não é permitido que tomem parte nas danças em três festas consecutivas sem suas esposas.

Art. 47 – A Diretoria poderá resolver sobre os casos urgentes e omissos destes Estatutos, dando, porém conta de seus atos, na primeira ocasião, a Assembleia Geral.<sup>31</sup>

---

<sup>30</sup>Estatuto do Clube Social 24 de Agosto, 1964. Arquivo da Instituição.

<sup>31</sup> Estatuto do Clube Social 24 de Agosto, 1964. Arquivo da Instituição.

Este recorte do estatuto demonstra o que D. Aldaci evidencia em sua fala, de que este rigor de comportamento não estava restrito somente no papel. No cotidiano do Clube também estavam presentes, e como ela mesmo disse em entrevista: “uma cuidava das outras”.

Quando perguntada sobre a conduta das mulheres dentro do Clube, D. Tereza diz: “Não entrava uma moça sozinha dentro do clube, tinha que ir acompanhada com a mãe, ou com pai, ou com uma senhora mais velha. Ah não deixavam! Era lei, não deixavam e não deixavam!” E com relação às mulheres casadas que não íam com marido ela ressalta: “Se o marido não ia a gente não ia, ficava, não ia. Tive vontade mas não podia ir, ficava quietinha, arrumadinha, não ele não ia. Tava viajando no dia do baile, pronto quando chegava já tava tardíssimo já não ia”.

Isso mostra uma diferença latente entre homens e mulheres dentro da instituição, principalmente quando observamos na imagem do estatuto anexada acima, em que o homem não poderia dançar três festas consecutivas sem a companhia de sua esposa, enquanto esta não poderia sequer frequentar o espaço sem estar acompanhada do esposo ou filho. Ficando mais evidente ainda no depoimento de D. Tereza, onde muitas vezes deixou de ir à bailes por conta do esposo chegar tarde em casa e o clube não permitir a entrada de mulheres desacompanhadas.

Ao mesmo tempo em que a instituição cerceava estes espaços com normas de condutas muito mais severas para as mulheres, estas exerciam um papel fundamental quando se tratava de planejamento para decorações de festas, ou até mesmo para organizar jantas ou almoços para angariar fundos para o Clube.

Nas entrevistas realizadas, houve algumas contradições no sentido de quando a pergunta se tratava de uma forma direta sobre diferenças explícitas de trabalho exercido dentro do clube por homens e por mulheres. As entrevistadas disseram que não havia diferenças, que todos trabalhavam juntos. Conforme D. Aldaci relata, como começou a frequentar o espaço do Clube desde muito cedo, por volta de seus quinze ou dezesseis anos, foi criada uma ala jovem dentro do Clube, e este grupo ficava responsável muitas vezes pela limpeza depois das festas, e todos, meninos ou meninas, limpavam de igual para igual, e como ela mesma diz “os meninos até enceravam o piso”.

Já D. Tereza diz não ter essa diferença: “não, naquela época não tinha, que eu me lembre não tinha, a gente se reunia, a diretoria em dia de reunião assim, todo mundo nos ajudava, eram os diretores, eram as diretoras, todos, era uma função. A gente era organizado, graças a deus, muito organizado, era muito bom”.

Quando D. Tereza se refere às diretoras, ela quer se referir às mulheres de integrantes da diretoria que ajudavam nessas funções de festas, pois quando questionada qual cargo ela ocupou ela diz: “eu era só da diretoria de resolver os assuntos com as outras, e na secretaria qualquer coisa que havia me chamavam né, a gente ia quebrava o galho”. Com isso percebemos que era de suma importância a presença destas mulheres no Clube, porém cargos dentro da diretoria elas não ocupavam, mas não passava despercebido o seu protagonismo, mesmo sendo para afazeres específicos.

É neste ponto do capítulo que nos deparamos com exemplos da construção do gênero feminino dentro do Clube 24 de Agosto. Desde o começo da escrita podemos perceber uma separação de funções e papéis, mas é a partir da fala da D. Tereza que podemos evidenciar o que Joan Scott em seu texto intitulado: *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* aborda, de que o gênero só é construído através de relações sociais, sendo que estas relações estão imbricadas de poder, ou seja, a construção do gênero perpassa por uma disputa política, onde serão definidos papéis de dominação e subordinação.

Quando D. Tereza fala que não ocupava nenhum cargo da diretoria, mas alguns assuntos só ela e as demais mulheres do clube poderiam resolver, está sendo delimitado cada papel e seu dever específico. Segundo D. Tereza:

Qualquer coisa era: não, não, chama a Tereza, chama a Tereza! Tem que vir aqui..[risos] ... Na época o presidente era o Getúlio, era um presidente muito boa pessoa também, ele determinava as coisa lá e sempre mandava pra mim resolver... era de festa, era de quando tinha que fazer um galetto, tinha que fazer um mocotó no 24, eles usavam muito né, nós vendia mocotó lá no 24, qualquer coisa aí ele vinha, ele mandava pra saber como é que nós ia fazer, como é que não ia, tudo, tudo...

No relato acima fica evidente a separação de funções específicas para as mulheres, ficando em muitos casos restritas ao espaço da cozinha e de decorações de festas.

Podemos ver essa preocupação em ter a ajuda das mulheres para determinadas funções no estatuto:

Art. 18- A Sociedade terá também uma comissão de senhoras e senhoritas que procurarão, dentro de suas possibilidades, e de acordo com os Estatutos auxiliar a engrandecer a Sociedade.

§único- Essa Comissão será eleita pela Diretoria, não podendo a mesma ser autônoma e será empossada no mês de setembro de cada ano.<sup>32</sup>.

Na fonte citada acima percebe-se uma preocupação do Clube com o engajamento de mulheres, que terão que formar uma comissão na intenção de colaborar com as atividades da sociedade. Porém, como está escrito no inciso único mais abaixo, essa comissão não poderia ter autonomia e seria deliberada pela direção do Clube, composta majoritariamente por homens.

Achamos interessante no estatuto citado acima ter uma “brecha” para a formação de uma comissão feminina, porém sabemos o quanto foi diferente na prática dessas mulheres dentro do Clube, visto que as instituições refletiam os costumes e morais de sua época, e esse era um contexto carregado por atitudes machistas. Mesmo assim sabemos que por mais machista que seja o contexto, tais mulheres buscaram, dentro de seus limites, margens de autonomia e visibilidade dentro do espaço do Clube 24 de Agosto.

Em ata posterior ao ano de 1964<sup>33</sup>, mais precisamente em 25 de março de 1967, durante uma reunião, fora colocado em pauta a criação de uma diretoria feminina, ou uma comissão para a organização da quermesse.

A seguir de diversos assuntos entre os quais a necessidade de se criar uma diretoria feminina uma comissão para organizar quermesse, uma comissão para trabalhar junto ao Sr. Tesoureiro para dar um andamento mais rápido na organização do quadro social. [...] Depois de varias trocas de opiniões ficou resolvido o seguinte. O Sr. Presidente tomou a si o cargo de estudar a organização da Diretoria Feminina e arranjar uma comissão para as quermesses.<sup>34</sup>

Analisando a ata escrita acima, percebemos que mais uma vez, ao final, o diretor fica a cargo de compor a diretoria das mulheres. Este documento vem acompanhado de

---

<sup>32</sup>Estatuto do Clube Social 24 de Agosto, 1964. Arquivo da Instituição.

<sup>33</sup> Existem muitas lacunas nas atas do Clube, sendo o ano de 1967 o mais preservado, não há registros anteriores a este ano, há não ser o Estatuto do 1964.

<sup>34</sup> Ata do Clube Social 24 de Agosto, 1967. Arquivo da Instituição.

uma lista de associadas, onde são sessenta e duas mulheres, dentre elas D. Dionéia e D. Tereza. Infelizmente pela falta de tempo, como já escrito no início deste capítulo, não conseguimos entrar em contato com mulheres que estão presentes na lista, pois com certeza iriam enriquecer os dados desta monografia.

Na entrevista com a D. Dionéia, natural de Jaguarão, 72 anos, a mesma mostrou uma memória frágil, em decorrência de problemas de saúde. A entrevista se deu em alguns momentos com D. Tereza ajudando na busca de memória de alguns fatos, o que em parte acabou por comprometer parte dos relatos.

O que foi relatado na entrevista com D. Dionéia somente veio a corroborar com o que já foi descrito no decorrer deste capítulo. Ela também foi da “diretoria” do Clube, não estando ocupando nenhum cargo efetivo, mas sim “estando sempre na volta” segundo ela. O seu envolvimento com o Clube se deu depois que ela voltou de Porto Alegre, pois havia passado um tempo lá. Nesta época era maior de idade, mas não podia frequentar o clube sozinha, então ela ia com a “turma” para as festas. Quando ocupou a “diretoria” ela ficava encarregada de “comunicar senhoras que cuidassem do salão tal e coisa, que as vez não tavam se comportando bem, ah! Sempre tinha! Naquela época era muito rigoroso, ficava cuidando só de longe, eu e outras.”

O fato destas mulheres não estarem em espaços de decisões não é uma tendência única e exclusiva do Clube 24 de Agosto, nesta época devemos levar em conta toda uma moral sexual e comportamental que regiam o corpo e a mente feminina da época. Mas são nestes pequenos detalhes que costumes são perdurados, e conseqüentemente naturalizados.

Em conversas informais durante os bailes de domingo à noite com a primeira dama do Clube D. Sônia Madruga, pude perceber resquícios destes relatos, vendo as mulheres, por exemplo, ficando responsáveis pela venda de mesas nos dias de baile. Quando pergunto como que é definida a organização para esses dias, D. Sônia responde: “Ah! Aqui todo mundo se ajuda como pode! São as mulheres de diretores do clube que vem pra ajudar”.

Minha pesquisa de campo foi durante os bailes de domingo e o aniversário do Clube, e pude perceber que muito antes da festa começar, a limpeza dos banheiros tinha de ser feita, e esta foi executada por uma mulher. Percebi também que na organização

da disposição das mesas no salão também ficavam sob a responsabilidade delas. Elas estavam presentes na recepção e no guarda volumes do clube. Enquanto os homens estavam na copa vendendo bebidas e na administração do dinheiro.

Os papéis continuavam pré-estabelecidos, mas as mulheres não deixavam de ter uma importância fundamental para a permanência do Clube. Em sua tese, Magna Lima Magalhães trabalha com a questão das mulheres em um clube de Novo Hamburgo<sup>35</sup>, no qual muitas coisas em comum com relação ao Clube 24 foram encontradas, dentre elas o fato de nenhuma mulher deste clube ter ocupado o cargo da diretoria. Outro fator que se assemelha é o fato de essas mulheres serem responsáveis pelo sustento do clube na hora de complementar o orçamento, pois vendiam comidas para angariar fundos. O mesmo acontecia no Clube 24, como podemos ver nos relatos de nossas entrevistadas.

Com as informações recolhidas através das entrevistas, concluímos que a presença feminina dentro do espaço do Clube social 24 de Agosto, foi fundamental, sendo um dos pilares para a estabilização da instituição. Mesmo não ocupando o cargo de diretor desde a fundação do Clube até os dias atuais, as mulheres não deixaram de protagonizar ações que foram decisivas para a manutenção do clube.

Apesar de estarem, em muitos casos, decidindo questões relacionadas às festas, quantidades de comidas para vendas, e decorações do espaço, atividades essas que foram forjadas e atribuídas ao gênero feminino dentro da construção das relações sociais do Clube, tais mulheres têm suas trajetórias relacionados à resistência dentro de uma instituição machista, que cercava seus espaços através de estatutos, com punições mais severas quando se tratava delas, mas que não abria mão da presença feminina quando precisavam de ajuda.

Hoje o clube conta com apenas uma mulher na diretoria, ocupando o cargo de primeira secretária. E estas mulheres como a D. Dionéia, D. Tereza e D. Aldaci, como tantas outras que aqui não foram citadas, mesmo não estando nos registros oficiais das atas, estão vivas e presentes na história e memória do Clube, nos “bons tempos” da instituição.

---

<sup>35</sup> MAGALHÃES, Magna Lima. *Entre a preteza e a brancura brilha o cruzeiro do Sul* Associativismo e identidade negra em uma localidade teuto-brasileira (Novo Hamburgo-RS). Tese de Doutorado em História. UNISINOS, 2010.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta leitura acompanhamos e observamos diversas trajetórias e demandas, dentre elas a necessidade de criação dos Clubes Sociais Negros, espaços forjados para a socialização de uma negritude impedida de frequentar os demais espaços da sociedade branca. Percebemos o quão complexo foi a consolidação destes espaços, e o quanto estas instituições estavam atentas a corresponder as demandas da época.

Com isso ao tratarmos do Clube Social 24 de Agosto, logo se percebe que ele não está distante deste contexto, muito pelo contrário, estando atento a manter uma postura de clube de família. Frequentado somente por pessoas que correspondiam a um código comportamental da época, ele acaba por delimitar espaços e funções para com seus sócios, e com isso, sendo mais severo com relação às mulheres que o frequentavam.

Isso não foi uma tendência do início do século XX, pois a mulher no decorrer da História sempre foi representada de uma forma discreta, sendo recentes os estudos sobre o tema. Na sociedade seus papéis também estavam cerceados, muitas vezes sendo o ambiente familiar seu espaço de atuação.

Mas isso não foi igual no tocante às mulheres negras, que sempre tiveram que quebrar diversas barreiras e tabus para a própria sobrevivência, não podendo atuar somente em espaços restritos. Quando o movimento de mulheres lutava pelo direito ao voto, elas, as negras não estavam incluídas e representadas, pois este movimento tinha como suas representantes mulheres letradas da classe média brasileira, enquanto na outra face a população negra era a minoria na escola, pelo fato de ter que ajudar no orçamento familiar, atuando como lavadeiras, cozinheiras, etc.

Este contexto não está distante quando entrevistamos D. Tereza, D. Aldaci e Dionéia, que desde cedo tiveram que trabalhar “para fora” como babá, empregada doméstica, ou até mesmo serem “criadas” por outra família quando a sua não tinha condições de sustentar.

Estas mulheres que frequentaram o Clube nesta época abordada por este trabalho, também tiveram de se enquadrar nos estatutos que cerceavam seus espaços, mas diante disso, não deixaram de traçar e forjar suas histórias lá dentro, mesmo não

estando representadas nos espaços oficiais, não deixavam de decidir e serem consultadas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. *História dentro da história*. In: PINSKY, Carla (org.) Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

ARRAES, Jarid. *Feminismo Negro: Sobre minorias dentro da minoria*. Revista Forum, 2014.

BARTH, Frederik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT & STREIFF-FENART. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

BERUTE, Gabriel. Mercadorias, rotas e agentes mercantis: O movimento da barra do porto de Rio Grande (primeira metade do século XIX). ICT/bHL. Blogue de História Lusófona, Ano VI, Janeiro 2011

CARATTI, Jônatas Marques. O solo da liberdade: as trajetórias da preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira Sul-Riograndense em tempos do processo abolicionista uruguaio (1842-1862). Anais do 5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

DEL PRIORE, Mary. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

ESCOBAR, Giane. *Clubes sociais negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial*. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em patrimônio cultural da Universidade de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 42. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GOMES, Fabrício, Romani. *Sob a proteção da Princesa e São Benedito: Identidade étnica, associativismo e projetos num clube negro em Caxias do Sul ( 1934 – 1988)*. 2008 Unisinos.

MAGALHÃES, Magna Lima. *Entre a preteza e a brancura brilha o cruzeiro do Sul Associativismo e identidade negra em uma localidade teuto-brasileira* (Novo Hamburgo-RS). Tese de Doutorado em História. UNISINOS, 2010.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Uma Parda Infância: Nascimento, primeiras letras e outras vivências de uma criança negra numa vila fronteiriça* (Aurélio Viríssimo de Bittencourt / Jaguarão, século XIX). Anais do 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Curitiba: UFPR, 2009.

MOURA, Mayra de Paula Bispo; RODRIGUES, Sara Veloso; GODINHO, Victoria Pinho e. *Mulheres Negras No Brasil: Trajetória De Luta No Movimento Negro E No Movimento Feminista*. II CONINTER, 2013.

NAPOMUCENO, Bebel. PRADO, Maria Ligia Coelho. *Protagonismo Ignorado* In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

NUNES, Juliana dos Santos. *“Somos o Suco do Carnaval!” A marchinha Carnavalesca e o Cordão do Clube Social 24 de Agosto*. Pelotas: UFPel, 2010 (Monografia de conclusão de curso de Licenciatura em História).

PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. Tradução de Ângela M. S. Corrêa. São Paulo. Contexto 2013.

PRADO, Maria Ligia Coelho. FRANCO, Stella Scatena. *Participação Feminina no Debate Público Brasileiro* In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.

REIS, João José. SILVA, Eduardo da. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo-SP: Companhia das Letras, 1989.

RODRIGUES, Nina. *Os Africanos no Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional; Ed. Universidade de Brasília, 1982.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993

SCOTT, Joan Wallach. “*Gênero: uma categoria útil de análise histórica*”. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SILVA, Fernanda Oliveira da. *Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento destes espaços: associações e identidades negras em Pelotas ( 1820 – 1943)*. 2011. PUC. (Dissertação de Mestrado)

SILVA, Tânia Maria Gomes da. *Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil*. Politeia: Hist. e Soc., Vitória da Conquista, v. 8, n. 1, p. 223-231, 2008.

SOARES. Eduardo Alvares de Souza. FRANCO. Sérgio da Costa. *Olhares sobre Jaguarão*. Porto Alegre: Evangraf, 2010.

SOIHET, Rachel. *A conquista do espaço público* In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.